

A Independência e a Armada Nacional: um balanço historiográfico

Historiographical assessment of Independence and the Armada in national construction

Lucas Lima dos Santos

Bacharel em Ciências Navais, com habilitação em Eletrônica, pela Escola Naval (EN) onde atualmente é Guarda-Marinha.

RESUMO

O processo de construção do Estado e da Nação no Brasil constitui tema de inesgotável interesse e ampla bibliografia já publicada, mas que, no entanto, padece de vícios do Mito das Origens, insistindo em uma origem pacífica e numa predestinação a um território unificado, legado da transmigração dos Bragança em 1808. De forma a contribuir para o estudo desse assunto, o presente artigo procura efetuar um balanço historiográfico¹ sobre a Independência do Brasil, ressaltando temas como Nação, Pátria, unidade territorial, para além da própria formação da Armada Imperial.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Nação, Historiografia.

ABSTRACT

The process of building the State and the Nation in Brazil constitutes a topic of inexhaustible interest and extensive bibliography already published, but which, however, suffers from defects in the Myth of Origins, insisting on a peaceful origin and a predestination to a unified territory, legacy of the Bragança transmigration in 1808. In order to contribute to the study of this subject, this article seeks to provide a historiographical assessment of the Independence of Brazil, highlighting themes such as Nation, Homeland, territorial unity, in addition to the formation of the Imperial Armada itself.

KEYWORDS: Homeland, Nation, Historiography.

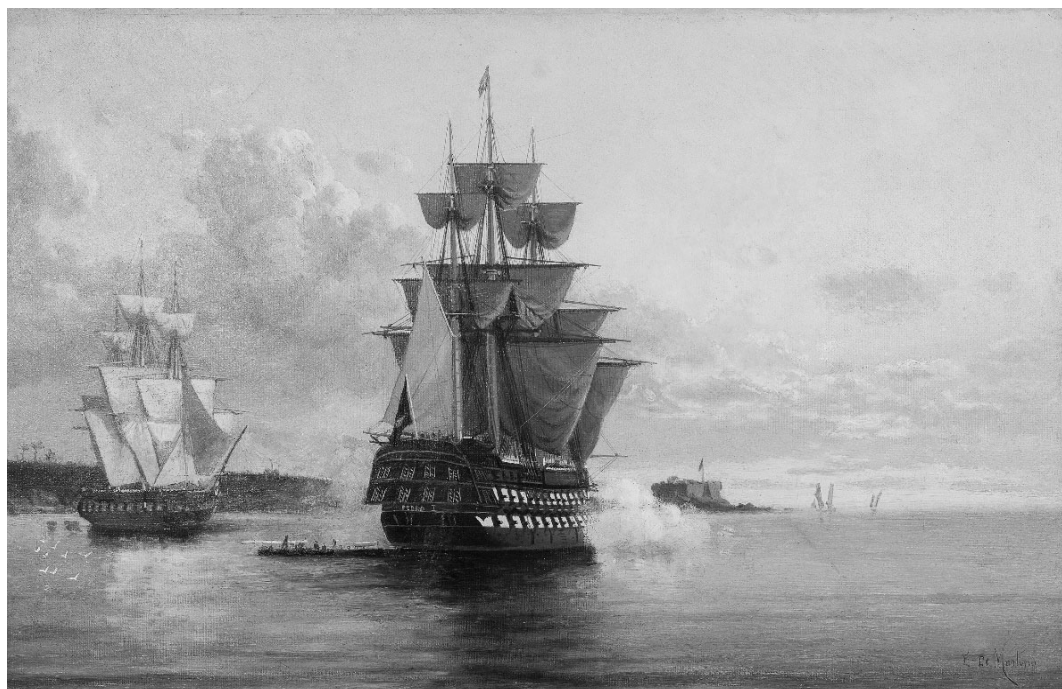


Figura 1 – *Nau D. Pedro I*, pelo pintor italiano Edoardo de Martino
Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

INTRODUÇÃO

Em 1868, chegou ao Brasil o pintor e oficial de Marinha Edoardo de Martino² para pintar combates e paisagens da Guerra do Paraguai, além de outras efemérides da Armada Imperial. Dentre os seus quadros, ressaltava-se a *Nau Dom Pedro Primeiro* demandando a Boca da Barra, em 1º de abril de 1823, para iniciar as operações de bloqueio contra a guarnição lusitana em Salvador e combater a esquadra do Chefe de Divisão Félix de Campos. Apesar de momento relevante da memória naval – no que concerne nomeadamente ao imaginário da Independência – tal evento não desfrutava do mesmo prestígio fora dos círculos de Marinha.

A chegada de De Martino ao Brasil não está dissociada do projeto de construção nacional, capitaneado pelo Estado. O Império ainda enfrentava os remanescentes do exército de Solano López

no chaco paraguaio. Era importante, então, que o governo imperial pudesse criar uma narrativa que unisse os brasileiros em torno de um passado comum. Como sugere a tela de De Martino, tal narrativa deveria comportar tranquilidade e união:

Em que pese a representação indique apenas um fragmento do início das operações navais das guerras de independência, sugere uma concepção holística do tempo: se o início justificou a encomenda do quadro, há uma teleologia presumida para o desfecho favorável ao império. Contudo, sem a representação explícita da violência inerente à guerra, a imagem, ao reverso, sugere uma independência serena e espontânea. Nessa lógica, a congregação territorial se articula não ao derramamento de sangue, mas sim a uma suposta tranquilidade endêmica ao Brasil. Desse modo, negava não apenas as guerras em-

preendidas no contexto de 1822, mas silenciava os diversos conflitos políticos e sociais das décadas de 1820 e 1830 (ALBUQUERQUE & LOUREIRO, 2023, p. 463).

Tal constatação ocorre em consonância com a hipótese que identificou na transmigração da Família Real elemento de união entre passado e presente, fundamento da continuidade.

Assim, e de uma parte, a Transmigração fazia com que fossem tomados como “anormais” ou “atípicos”, caracterizadores de uma “desordem” ou de uma “crise”, todos os acontecimentos que insistiam em contrariar um curso entendido como “natural”, porque dado pela marcha do tempo e porque fazia o passado apresentar-se no presente (MATTOS, 2004, p. 298).

Conforme consignado por Nogueira da Gama (2017, p. 84):

O surgimento do Estado-Nação imperial teve uma historicidade distinta de toda a América Inglesa e Espanhola. Proclamado independente pelo filho do rei D. João VI, o Brasil teve a construção de sua identidade nacional apoiada no passado, destinada a preservar os domínios territoriais do Estado que se instituiu em continuidade ao Brasil português.

A construção do Estado brasileiro muitas vezes é contrastada com a desagregação da América Hispânica, muitas vezes devido à vinda da Família Real e à permanência de D. Pedro I como governante imperial, elementos definidores de um processo histórico distinto. Diante dessa conjuntura, consignou Mattos (2004, p. 93): “Com todo seu aparato e encenação, a Aclamação e a Coroação do jovem imperador assinalavam para quantos a viviam uma ruptura e uma espécie de criação de um tempo novo; embora nem sempre

disso se dessem conta, representava também uma continuidade”.

O presente artigo procura investigar as articulações entre Estado e Nação para construção de uma identidade nacional na segunda metade do oitocentos, observando o caso brasileiro e suas peculiaridades. A bibliografia consultada foi primariamente os escritos sobre a Independência, a partir das diversas abordagens teóricas. Por fim, há ainda um levantamento da historiografia naval, uma vez que se identificou um esforço da Armada Imperial em imbricar suas origens a do próprio Brasil.

De um ponto de vista metodológico, o artigo coloca em diálogo uma historiografia mais clássica sobre a Independência com algumas obras mais recentes. Em função da imensa produção, algumas escolhas tiveram de ser feitas: nesse sentido, uma análise das pesquisas mais recentes publicadas em periódicos seria incompatível com os limites deste artigo. Na sequência, o texto se detém em uma historiografia naval, entendida aqui, *lato sensu*, como a produção historiográfica realizada por oficiais de Marinha.

A primeira seção apresenta parte das discussões em torno de conceitos como “Nação”, “Nacionalismo” e “Patriotismo” dentro das narrativas da Independência. Em seguida, foi realizado um levantamento das principais obras sobre a temática da Independência, primeiramente entre os historiadores civis. A terceira seção se debruça sobre os trabalhos dos historiadores navais, oficiais de Marinha que também adotaram o ofício do historiador. Cabe ressaltar os limites deste esforço analítico, uma vez que analisar toda a produção historiográfica sobre um tema tantas vezes estudado não seria possível dentro do escopo deste artigo.

**DEBATES SOBRE NAÇÃO E
NACIONALISMO**

Discorrendo sobre a invenção do nacionalismo europeu, consignou Eric Hobsbawm (2023, p. 19): “em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não foram os Estados e o nacionalismo, mas sim o oposto”. O historiador britânico formulou sua tese com foco na formação dos Estados europeus e sua consolidação no oitocentos como Estados-Nação.

O final do século XIX, ao menos no contexto europeu, viu o surgimento dos chamados “nacionalismos oficiais”:

Esses nacionalismos eram historicamente “impossíveis” antes do surgimento de nacionalismos linguísticos populares, pois, no fundo, foram reações dos grupos de poder – sobretudo, mas não exclusivamente, dinásticos e aristocráticos – ameaçados de exclusão ou marginalização nas comunidades imaginadas populares.

Para alcançar seu intuito, os regimes detinham um ferramental para moldar suas respectivas sociedades, conforme Hobsbawm (2023, p. 127): “os Estados e regimes tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com os símbolos da comunidade imaginária, onde e como eles se originassem, concentrá-los sobre si mesmos”. Importante observar a referência à comunidade imaginária, expressão que se contrapõe às “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008, p. 32), que delimita a ideia de nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e, ao mesmo tempo, soberana”.

Dada a moldura teórica adotada na Europa, deve-se observar o contexto bra-

sileiro após a Independência, conforme consignou Dias (2005, p. 17):

Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade.

Diante dessa conjuntura desfavorável, concluiu que “as condições, enfim, que oferecia a sociedade colonial não eram aptas a fomentar movimentos de liberação de cunho propriamente nacionalista no sentido burguês do século XIX” (Dias, 2005, p. 18).

Ao desvelar o processo de gênese, enquanto trajetória singular do Estado Imperial, Ilmar Rohloff de Mattos (2004, p. 139) identificou certas peculiaridades fundamentais: fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América – eis o segredo da trajetória de individualização de uma classe, e que se revestia da forma de construção de um ‘Corpo Político’ soberano.

Os “olhos na Europa” remetem à visão, marcadamente da Elite Saquarema, objeto da tese de Mattos, de

erigir um Império soberano, à semelhança dos Estados nacionais europeus. Tendo como referência a antiga metrópole, pugnavam por uma igualdade que tanto repelia a subordinação colonial quanto almejava o reconhecimento do Império “como Reino irmão e como Nação grande e poderosa” (MATTOS, 2004, p. 139).

Cabe realçar que o trecho final da citação é proveniente do “Manifesto às Nações Amigas”, que declarava a Inde-

pendência política do Brasil, mas ainda mantendo um estatuto de “Reino Irmão”, o que condiz com o arranjo de uma monarquia dual, projeto político (pouco) abordado pela historiografia. O manifesto foi publicado em 6 de agosto de 1822, portanto, um mês antes do Grito do Ipiranga, marco tradicional da memória nacional.

Em oposição ao modelo europeu dominante no imaginário da elite dirigente, os “pés na América” relembavam sobre as crescentes pressões britânicas para extinção do tráfico negreiro. Além disso, “afirmavam que, no conjunto da civilização, constituíam uma cultura singular, como a própria monarquia – ‘flor exótica na América’” (MATTOS, 2004, p. 139).

Destarte, o diedro teórico proposto por Hobsbawm não se adequa perfeitamente ao caso brasileiro, conforme demonstra Guimarães (1988, p. 6):

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas.

Corroborando a proposta de Manoel Salgado Guimarães, o verbete “Nação e Questão Nacional” do *Dicionário da Independência do Brasil* consigna:

A assertiva clássica, de que as nações são produtos de Estados que

as criam por meio de nacionalismos, não se ajusta bem à história do surgimento da nação brasileira. Aqui, o que vemos é um processo de transformação de um conjunto de colônias, antes parcialmente unidas em torno da lealdade de seus moradores-súditos a um mesmo rei, em uma sociedade organizada em torno de novos critérios políticos, dentre os quais a lealdade a um rei – nesse caso, um imperador – sempre foi um elemento secundário (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p. 675).

Em sua análise, Pimenta reconhece o marco da Independência como elemento de construção da memória e da própria nação, mas ressalta que esse processo não se encerra no Grito do Ipiranga.

Uma nação brasileira começou a se esboçar *pari passu* ao surgimento de um Estado brasileiro, e não a partir dele; e, uma vez fundado tal Estado, e a despeito de todas as suas debilidades iniciais, ele mesmo contribuiu para a redefinição dos novos critérios políticos da nação: territorialidade, Constituição, instâncias representativas, instituições econômicas, sistemas educativos, símbolos e memórias nacionais etc (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p. 675).

Recorrendo às análises de Gladys Sabina Ribeiro, tem-se o quadro dos antagonismos entre portugueses dos dois lados do Atlântico:

No momento da autonomização do espaço português na América, o ‘ser brasileiro’ foi construído em oposição ao ‘ser português’ e justificou, a posteriori, a Independência brasileira. Naquela época, entretanto, existiam portugueses de Portugal e portugueses do Brasil, mas filhos da Nação portuguesa, embora nascidos de lados distintos do Atlântico. Não se falava em nacionalismo ou identidade nacional (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p. 78).

Em conformidade está Sérgio Buarque de Holanda (1993, p. 13), para quem “o 7 de setembro vai constituir simples episódio de uma guerra civil de portugueses, iniciada em 1820 com a revolução liberal portuguesa, e onde se veem envolvidos os brasileiros apenas em sua condição de portugueses de aquém-mar”. Ao examinar as singularidades do processo de formação do Brasil, observou ainda:

Um observador atilado, o francês Horace Say, que veio em 1815, escreverá mais tarde, sem grande exagero, que o nome do Brasil constituía, de certo modo, a “designação genérica das possessões portuguesas na América do Sul, mas que não existia, por assim dizer, unidade brasileira”. É certo, acrescentava, “que um governador-geral residiu na Bahia até meados do século passado e depois se transferiu para o Rio de Janeiro. Estava longe, contudo, de exercer autoridade ativa e influente sobre a área que vai do Amazonas ao Prata. O governo da metrópole mantinha comunicações diretas e frequentes com cada uma das capitanias; a posição geográfica das que se achavam no norte fazia que se tornassem inevitáveis essas comunicações diretas (HOLANDA, 1993, p. 15).

Buarque de Holanda utilizou essa citação para mostrar a fragilidade do controle que o Rio de Janeiro exercia sobre as demais porções da América portuguesa; na sequência, contextualiza outra passagem:

Quando se tenham em conta essas condições já parecerá menos surpreendente o célebre discurso de Feijó, em 1822, diante do Congresso de Lisboa, e o padre paulista não pronunciará outro nas Cortes, onde nega a qualidade de mandatários do Brasil, sendo-o tão somente das províncias que os elegeram, aos representantes americanos reunidos naquele recinto. ‘Não somos’, diz, ‘deputados do

Brasil (...), porque cada província se governa hoje independente’ (HOLANDA, 1993, p. 16).

Mattos (2004, p. 122), por sua vez, cita uma frase, datada em 1833, de Auguste de Saint-Hilaire: “Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.” Muitas vezes as narrativas sobre a Independência citam o patriotismo como agente impulsor e elemento de construção para o antagonismo brasileiro x português, como se houvesse consciência nacional prematura, apesar das observações de Hobsbawm (2023, p. 105): “mesmo na Europa ocidental, como para a maioria das nações, isso só aconteceu muito mais tarde, no século XIX”.

Consultando o *Dicionário da Independência do Brasil*, por exemplo, verifica-se que não há um verbete para “brasileiro”. Por outro lado, o conceito de pátria era utilizado, mas como indicação de local de nascimento ou moradia. Mais uma vez, Oliveira e Pimenta (2022, p. 717) advertem que “o conceito se manifestou em numerosas ocasiões em que os portugueses do Brasil, por meio dele, se referiram a sua capitania, cidade, vila ou região”.

Ainda no escopo do mesmo *Dicionário*, ao discorrer sobre “Nação e Questão Nacional”:

A história do surgimento da nação brasileira não foi movida por nacionalismos. A rigor, eles não se fizeram presentes na origem ou mesmo no desenvolvimento inicial dos demais componentes das estruturas nacionais brasileiras. Em nossa história, eles são posteriores à nação, ao Estado e à identidade nacional. Os crescentes antagonismos entre *portugueses* e *brasileiros* típicos da década de 1820 e que foram tão decisivos para a Independência não possuíam fundamento nacional,

apenas político (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p. 675).

Ao se debruçar sobre a construção, talvez mesmo a invenção, da oposição entre o ser brasileiro e o ser português, deve-se ter em conta o antilusitanismo, elemento sim presente nas tramas políticas da Independência, conforme Gladys Sabina Ribeiro:

O antilusitanismo apareceu na historiografia como reação embalada por acontecimentos externos que variavam de interpretação a interpretação, em sua maioria centradas nas querelas entre colônia versus metrópole, ou colonizador versus colonizado. Não raro, a colonização portuguesa era avaliada também negativamente (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p. 78).

Ainda no escopo da construção da oposição “português x brasileiro”, assinaram Cariello e Pereira (2024, p. 383):

The nationalist division between Brazilians and Portuguese that would be one of the consequences of conflict within the Cortes is presented as something that preexisted and caused the undoing of the United Kingdom of Portugal, Brazil, and Algarves. However, as any attentive reader of documents from early nineteenth-century Brazil will know, there was no unifying Brazilian identity or nationalistic sentiment before 1821 in Portuguese America.

Diante dessa moldura teórica, pode-se observar que houve um esforço da Coroa Imperial em criar uma história que unisse todos os brasileiros em torno de um passado comum, prática levada a cabo pelo romantismo europeu por meio de quadros de batalhas porque “a memória da guerra, particularmente, deveria ser parte de um processo civilizador, o que explica a produção de quadros imen-

sos, verdadeiros ‘monumentos iconográficos’, a serviço do poder” (Albuquerque & Loureiro, 2018, p. 161).

Dentro do escopo deste projeto civilizador, o conceito de “sublime” é parte essencial para compreensão do nacionalismo no contexto romântico:

De forma simplificada, poderíamos apresentar o belo como uma espécie de acordo entre o juízo e a forma de um determinado objeto, sendo assim capaz de encantar o espectador. De outra parte, o sublime seria um desacordo (para mais ou para menos) entre o juízo e a forma em questão, causando forte impressão no homem, levando-o, portanto, à comoção. É precisamente nesse ponto que Kant traz a natureza como exemplo do sublime, uma vez que, perante seus atributos e fenômenos, o homem se comove com sua própria pequenez, com a fragilidade e a finitude de sua vida humana (ALBUQUERQUE & LOUREIRO, 2018, p. 144).

Por isso, no contexto dos nacionalismos do fim do século XIX, houve a disseminação de instituições de memória, especialmente os museus, com o objetivo de estabelecer uma herança comum que pudesse coligir os cidadãos do presente.

PANORAMA DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A partir dos primeiros desembarques de naus europeias no continente americano, foram escritos relatos e crônicas sobre a terra, seus habitantes e suas riquezas. Todavia, foi somente no seiscentos que o Frei Vicente do Salvador escreveu uma *História do Brasil*, considerado o primeiro livro de história escrito no Brasil, mas que só foi publicado no fim do século XIX (IGLÉSIAS, 2000).

Apesar do pioneirismo do clérigo seiscentista, um esforço sistemático para se escrever uma História do Brasil somente se deu no século XIX, sendo Francisco de Adolfo Varnhagen (1816-1878) o grande destaque: redigiu a sua *História Geral do Brasil* e, mais tarde, a *História da Independência do Brasil*, marco da visão diacrônica – mas também conservadora – da Independência, vista como um processo pacífico, não revolucionário, sem derramamento de sangue, garantida pela manutenção de um Bragança no trono.

O contexto em que Varnhagen escreveu não pode ser dissociado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 e que somente oito anos depois já organizava um concurso para um manual sobre como escrever a História do Brasil, vencido por Karl von Martius.

O texto, premiado em 1847, do alemão von Martius, cientista ocupado das coisas brasileiras, já fora publicado na Revista em 1844 e se revestia de um caráter pragmático, como aliás o próprio título sugere. No artigo, von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade - especificidade à Nação em processo de construção. Esta identidade estaria assegurada, no seu entender, se o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a ideia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

Portanto, já no início do 2º reinado, havia um curso programático para construir uma história para o jovem Império como unidade homogênea e cujo projeto centralizador estava em curso. O trabalho de von Martius, além de estabelecer um dos temas mais presentes das

interpretações do Brasil, também foi forte influência para os historiadores, notadamente Varnhagen.

O Visconde de Porto Seguro, como intelectual da segunda metade do oitocentos, além de historiador e diplomata, sofreu forte influência da Escola Historicista, cujo representante mais expressivo foi Leopold von Ranke, responsável por estabelecer o primado do documento oficial, isto é, que foi gerado no âmbito do Estado, como fonte exclusiva para a construção de uma narrativa histórica linear e ritmada (REIS, 1999, p. 23-50).

O historiógrafo não pode adivinhar a existência de documentos que não são do domínio público e não encontra, e cumpre com o seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui conscienciosamente o seu veredictum, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com o maior escrúpulo que, à custa do seu ardor em investigar a verdade, conseguiu juntar (VARNHAGEN, 2010, p. 12).

Ou seja, ao passo que surgia a História enquanto ciência, o Estado procurava instrumentalizá-la como ferramenta de legitimidade dentro do escopo de seus projetos, como consignou Guimarães (1988, p. 17):

A premiação outorgada ao trabalho expressa a concordância do IHGB com este projeto, que estará também presente no sentido dado por Varnhagen à sua obra histórica. Ou seja: a ideia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A Nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, este o quadro a ser desenhado pelo historiador.

O livro *História da Independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data* foi escrito na segunda metade do século XIX, após a criação do IHGB. Diante da conjuntura, o esforço de Varnhagen pode ser ligado a uma visão monarquista e pacifista da Independência.

Toda a colonização portuguesa da América seria um caminho determinado rumo ao grande momento do seu desfecho, resultado de uma longa e necessária evolução. Portugal teria 'preparado' a criação e amadurecimento do Brasil, que no século XIX surgiria legitimado, civilizado e promissor porque estreitamente ligado a uma ascendência europeia (PIMENTA, 2009, p. 62).

Tributário de Varnhagen, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), também historiador e diplomata, o “mais português dos nossos historiadores” segundo José Honório Rodrigues (2002), tratou a Independência como um “desquite amigável” entre portugueses dos dois lados do Atlântico, uma vez que “é natural que o filho chegado à maturidade se emancipe, e sucede entre as nações como entre os indivíduos” (apud PIMENTA, 2022, p. 218). Na sua obra, sublinhava o protagonismo da Casa de Bragança no processo, secundarizando outros grupos políticos e sociais.

Para Oliveira Lima, a Nação brasileira já existiria anteriormente ao processo de Independência, sendo este apenas responsável por torná-la livre. Na sua perspectiva, a chegada da Família Real, em 1808, foi o marco inicial do “Movimento da Independência”, título do livro publicado por ocasião da efeméride do Centenário em 1922.

Apesar de não conferir importância aos eventos da Guerra de Independência,

ainda assim Oliveira Lima (1922, p. 7) teceu alguns comentários:

Tem-se dito da independência do Brasil que foi um desquite amigável entre os reinos unidos. Não há, porém, desquite perfeitamente amigável: precedem-no sempre incompatibilidades, rusgas, desavenças. Pode não ocorrer propriamente violência. Foi o que se deu nesse caso: a separação só teve que arcar com a resistência do general Madeira na Bahia, depressa vencida.

Para Oliveira Lima (2012, p. 182), o “Brasil não é um país de espírito essencialmente militar; se por este vocábulo se entende o culto ardente das glórias da guerra”, o que se demonstra pela pouca relevância dada às questões de consolidação por meio da guerra, apesar de citar superficialmente o papel da Marinha, reconhecendo sua importância.

Uma Marinha fazia falta ao novo Império, mas era ela também o único meio de reunir os fragmentos que já estavam esparsos de uma colônia, que tinha sido uma série de possessões autônomas. O governo imperial conseguiu criar essa Marinha, tirando-a do velho material deixado pelos portugueses (LIMA, 2012, p. 182).

Ao se refletir sobre a conformação do Brasil como Estado e Nação, o senso comum enraizado na memória nacional enxerga na Independência, marco fundador do país, uma transição pacífica, um “desquite amigável” para Oliveira Lima ou “transição sem abalos” para Boris Fausto (2019, p. 124).

A bibliografia sobre o tema da Independência privilegiou inicialmente, em movimento capitaneado pelo IHGB, o legado lusitano e a continuidade no processo de emancipação, visto por Sérgio Buarque de Holanda (1993) como um passo

de maturidade, como um filho que sai da dependência de seu pai.

Cariello e Pereira (2024, p. 382) ressaltaram a tese tributária da historiografia oitocentista:

for Varnhagen, the arrival of the royal family in Brazil in 1808 facilitated an expected political transition. In Oliveira Lima's biological metaphor, Brazil's accession to the status of reign in 1815 was evidence that just as a son must eventually become emancipated, Brazil had finally come of age.

Outras perspectivas viram um projeto de uma elite fluminense interessada em manter seu status, que se via ameaçado pelas ideias das Cortes, dentro de um contexto mais amplo da Crise do Antigo Sistema Colonial, e, portanto, do exclusivismo colonial em um momento de crise do Antigo Regime e surgimento de Regimes Liberais na Europa.

Emília Viotti da Costa (1984) analisou a Independência pela ótica marxista em “A emancipação política do Brasil”. Nessa interpretação, as elites procuravam a manutenção da estrutura política e econômica, agroexportadora, alcançada pela elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. As Cortes de Lisboa e seu projeto de regeneração da monarquia, visto como recolonizador pelos deputados do Brasil, ameaçavam o status adquirido. Para essas mesmas elites, ainda segundo os autores, a fragmentação territorial seria um problema, pois ameaçava a manutenção do tráfico de escravos, razão de seu enriquecimento e poder.

Além de propor uma alternativa ao que nomeou de “historiografia tradicional”, Costa (1984, p. 64) teceu críticas aos autores consolidados, como Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro, considerando suas obras excessivamente descritivas.

Atendo-se aos documentos testemunhais, preocupando-se quase exclusivamente com acontecimentos políticos, a historiografia tradicional limita-se, em geral, à descrição minuciosa de episódios e personagens mais em evidência no cenário político, fazendo uma crônica pormenorizada dos sucessos que antecederam o Sete de Setembro.

Um ponto realçado por Emília Viotti é a questão da monarquia dual, que teria sido defendida por muitos deputados “brasileiros” nas Cortes. O Reino do Brasil buscava, portanto, uma certa autonomia administrativa e política, sem uma ruptura definitiva, já que ainda manteria a união com Lisboa, formando um Império transatlântico.

Com exceção de uma minoria radical, os elementos mais chegados a D. Pedro pareciam desejar, até o último momento, a monarquia dual. A ideia de Independência completa e definitiva só se apresentou no último momento, imposta pelos atos recolonizadores das Cortes portuguesas (COSTA, 1984, p. 101).

Sobre a guerra, a historiadora dispensou algumas linhas de um parágrafo, em que anotou:

A consolidação da Independência exigiu grande esforço por parte do governo do Rio de Janeiro. A notícia da Independência não foi recebida com agrado pelas tropas e pelos comerciantes portugueses. Na Bahia, Maranhão e Pará, a resistência das juntas governativas, controladas por maiorias portuguesas, mais interessadas em manter laços com Portugal do que em se submeter ao governo do Rio de Janeiro, só foi vencida depois de uma luta que durou mais de um ano. Para vencê-la o governo do Rio de Janeiro contratou os serviços de oficiais e navios britânicos e franceses – Grenfell, Cochrane, Labatut

– e contou com a simpatia discreta da Coroa Britânica e dos governos independentes da América (COSTA, 1984, p. 122).

Em consonância com a dialética do materialismo histórico – que defende a autora – a concepção de tensão permanente entre os grupos sociais, a consciência de classe ou sua ausência, a discussão sobre a propriedade dos meios de produção, bem como a permanência de estruturas deveriam estar presentes. O resultado pode ser sintetizado no vinco que confere ao caráter elitista do processo:

A ausência de uma classe propriamente revolucionária, as distâncias e os antagonismos que separavam o povo dos chefes revolucionários, a liderança do movimento da Independência pelas categorias dominantes, ligadas a terra, aos negócios e a altos cargos, garantiram a sobrevivência da estrutura colonial de produção (COSTA, 1984, p. 122).

Importante observar que a hipótese do Império luso-brasileiro foi explorada por historiadores como Maria Odila Dias (2005, p. 9), que observou: “Para os homens de ideais constitucionalistas, parecia imprescindível continuar unidos a Portugal, pois viam na monarquia dual os laços que os prendiam à civilização europeia, fonte de seus valores cosmopolitas de renovação e progresso”.

Outra figura, entre os proponentes da monarquia dual, a ser mencionada é Maria de Lourdes Viana Lyra (1994, p. 203): “sempre fomos portugueses e desejamos ser irmãos dos da Europa, mas não ser seus escravos”, trecho do Manifesto às Nações Amigas, redigido por José Bonifácio, que deixa implícito ao menos a vontade do príncipe de manter os laços com Lisboa, mas modificando o estatuto do Reino do Brasil dentro do arranjo da Coroa portuguesa.

Sérgio Buarque de Holanda (1993), noutro diedro, tece o conceito de “emancipação”, que emprega para defender a Independência como um processo de maturação que se inicia em 1808, quando a Família Real chega ao Brasil, fugindo da invasão das tropas napoleônicas ao território metropolitano.

Pelo seu ponto de vista, a Independência não se deu como ruptura, mas como continuidade, uma vez que o Brasil já estaria pronto para navegar por suas próprias rotas:

Amplamente utilizado por publicistas europeus influentes no mundo luso-americano de começos do século XIX, tal conceito [o de emancipação] indicava um processo de lento e gradual amadurecimento político, metaforicamente associado a um filho que, preparado por seus pais para a vida adulta, deles se separa quando é chegada a hora (PI-MENTA, 2022, p. 8).

Como demonstrado anteriormente, a América portuguesa constituía uma vastidão geográfica e cujas unidades não dispunham de comunicação entre si, o que dificultava a governação a partir do Rio de Janeiro e até mesmo favorecia as dinâmicas comerciais entre Lisboa e as capitânias do norte. Não por acaso, Buarque de Holanda (1993, p. 17) cita o discurso do Deputado Alencar sobre a possibilidade de agregar o Maranhão e o Pará ao novo Império:

‘Acaso teríamos forças para as obrigarmos a reunirem-se a nós, do mesmo modo que o resto do Brasil? Não, e nem direito’. Logo adiante acrescenta: ‘Uma das razões (...) que descreditaram as cortes de Portugal, foi o despotismo com que meia dúzia de deputados queriam decidir os destinos do Império do Brasil: fujamos, pois, imitá-los. Mostremos



que não queremos forçar províncias que ainda não se reuniram a nós, que ainda não estão representadas na nossa assembleia'.

Reiterando a quão improvável fosse pensar em 1822 que o Reino do Brasil poderia se separar de Portugal e ainda manter sua unidade territorial foi expressa por Francisco de Sierra y Mariscal, contemporâneo aos fatos:

Pernambuco dissidente já do Rio de Janeiro. A Bahia nula em rendas e rotos os elementos de sua prosperidade. O Rio de Janeiro a ponto de uma bancarrota pelos esforços e sacrifícios que tem feito e pelas perdas sofridas. As províncias do Sul inquietas. As províncias do Maranhão e Pará nulas para o partido da revolução e tudo junto porão o governo do Rio de Janeiro nas tristes circunstâncias de caírem em terra com a carga, sem esperanças de mais se levantar (*apud* DIAS, 2005, p. 27).

Um dos poucos historiadores que se propôs a tratar das questões militares da Independência foi José Honório Rodrigues, crítico da visão de Oliveira Lima, para quem a "Independência não foi uma vitória incruenta, como sempre se sustentou na História do Brasil. Ela foi diminuída para valorizar a obra da Casa de Bragança, para obscurecer o papel dos brasileiros, para favorecer o conagraamento luso-brasileiro" (RODRIGUES, 2002, p. 35).

Rodrigues, ratificando suas discordâncias quanto a Oliveira Lima, propõe a tese do papel central dos militares para a consolidação da Independência, uma vez que não se poderia "reafirmar que sem as forças armadas não seria possível conseguir a independência, a menos que fosse verdadeira a afirmação de Oliveira Lima" (RODRIGUES, 2002, p. 13).

A obra de José Honório Rodrigues – contemplada por edição recente da BI-

BLIEX – também assevera o viés revolucionário da Independência, um contrassenso em relação à historiografia tradicional, tendo em vista que os "exércitos foram incapazes, ligados ao povo, de realizar uma verdadeira revolução e permitiram que a contrarrevolução no final dominasse, evitando qualquer modificação maior da estrutura econômica e das relações sociais" (RODRIGUES, 2002, p. 334). Para Rodrigues, as elites locais se aglutinaram no entorno do Imperador para frear o processo revolucionário conduzido pelo exército em conjunto com o povo.

João Paulo Pimenta reconhece o pioneirismo das análises de Rodrigues por afrontar a mitologia do brasileiro conciliador em *Conciliação e reforma no Brasil* (1965), apesar de também criticar certos "exageros anacrônicos" em *Independência: revolução e contra-revolução* (1975-1976).

A Independência é vista como uma revolução, mas dessa vez cheia de novidades interpretativas: uma revolução de forte conotação nacionalista e popular, uma verdadeira guerra de libertação nacional comparável ao que ocorrera na América hispânica, longe de quaisquer feições conservadoras, e na qual dom Pedro e a monarquia teriam desempenhado papel secundário, meros coadjuvantes de instituições supostamente representativas e democráticas como o parlamento e as forças armadas (PIMENTA, 2009, p. 64).

Pimenta prefere a utilização do termo "Guerras de Independência" por entender que os confrontos na Cisplatina, na Bahia, no Ceará, Piauí e Grão-Pará constituíram guerras separadas dentro do contexto da consolidação, mesmo que sem se aprofundar nos pormenores táticos das operações militares, contribuiu ao relembrar que "as guerras de independência do Brasil foram condenadas a um certo esque-

cimento na História e na memória nacionais” (PIMENTA, 2022, p. 103).

Pimenta, assim como Rodrigues, criticou o posicionamento de Oliveira Lima, para quem o “Brasil e os brasileiros seriam, então, sábios, moderados e propensos ao entendimento” (PIMENTA, 2022, p. 103). Outro ponto de convergência se dá também quanto ao caráter revolucionário da emancipação política, uma vez que se deve compreender o que significava o conceito no início do oitocentos.

Inicialmente, a palavra “revolução” dizia respeito somente aos astrônomos, por conta do movimento dos corpos celestes. A partir das Revoluções Inglesas, no século XVII, o termo passou a ter conotações políticas e, após 1789, passou a ter significado mais amplo.

A história do século XX ofereceu muitos pretextos para a consagração da ideia de que as revoluções necessariamente implicam grandes movimentos de transformação – geralmente violenta – da ordem existente; inclusive porque, nesse século, o respectivo conceito operou ativamente em sua acepção moderna. Em muitas situações, porém, o tema esteve presente antes pela sua ausência/expectativa do que por sua efetiva realização (PIMENTA, 2009, p. 61).

Não por acaso, assinalou sobre o “esquecimento” das Guerras de Independência, João Paulo Pimenta, em verbete para o *Dicionário da Independência do Brasil*:

A presunção de que a Independência mostraria um processo pouco ou nada violento, pautado antes por acordos palacianos entre elites do que por desavenças e enfrentamentos, viria a desempenhar um papel central na construção de uma história nacional supostamente reveladora do caráter pacífico e conciliador dos brasileiros. E nesse esquema in-

terpretativo, as guerras de independência nada mais seriam do que episódios pontuais e pouco relevantes (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p. 424).

No âmbito da produção historiográfica mais recente, destaca-se a obra de Hélio Franchini Neto (2019) intitulada *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil*, que traz ao primeiro plano o papel militar no processo de separação política.

Um dos pontos ressaltados por Neto (2019, p. 25) é a ausência da temática militar na História do Brasil, portanto

a ausência da guerra nesses estudos tem como consequência o surgimento de dúvidas quanto ao impacto desses eventos no processo histórico. A guerra foi fundamental para a Independência? O Brasil teria surgido de qualquer maneira? Teria se mantido unido? Havia chances de sucesso português? O que teria acontecido, nesse caso?

A contribuição de Franchini Neto se compreende, portanto, por buscar preencher o espaço entre o esquecimento do fenômeno da guerra na produção historiográfica da Independência e a visão tanto quanto anacrônica assinalada por Rodrigues.

A obra construída por Franchini Neto estabelece dois polos antagônicos: o do Rio de Janeiro, nucleado em D. Pedro I e José Bonifácio, em oposição ao polo das Cortes de Lisboa. As províncias brasileiras oscilaram entre os dois centros de poder, já que a ideia de pátria estava ligada ao local de nascimento e não necessariamente ao país. Como exemplo:

Em proclamação de 4 de novembro de 1822, grupo de 655 cidadãos baianos assinaram manifesto pedindo bloqueio dos portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas, acusando os partidários da ‘facção bonifácia’ de

atentar contra a ordem constitucional portuguesa (NETO, 2019, p. 22).

Logo, é possível perceber que não havia consenso e que muito menos seria óbvio que todas as províncias deveriam automaticamente se alinhar a D. Pedro por sentimentos patrióticos. A conjuntura era muito mais complexa e as lealdades, naquela altura, dúbias.

Quando a separação de Portugal foi concretizada e reconhecida, a historiografia engendrou o processo de autonomização como uma espécie de destino natural. Portanto, a noção de Nação brasileira foi construção, tal como a paulatina divulgação da Independência como um fato ou processo político inevitável, uma espécie de desejo legítimo e longínquo que ou remontava às revoltas de fins do século XVIII, ou tinha como marco o ano de 1808 (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p. 78).

O diplomata e historiador da Universidade de Brasília procurou analisar todos os teatros de operação e inseri-los dentro de um contexto mais amplo, defendendo que “a busca pela compreensão da Independência requer, portanto, desvendar esse lado conflituoso, o que o motivou, e a guerra. É preciso abandonar, ou ao menos relativizar, o mito da Independência pacífica” (NETO, 2019, p. 24).

Observa-se, portanto, a constância da temática da continuidade entre Portugal e Brasil, exemplificada pela permanência de um Bragança no trono, o que justificaria a Independência pacífica e a unidade territorial do Império, que surgiu como “evolução natural” da América portuguesa.

HISTORIOGRAFIA NAVAL³

Se o projeto de construção de uma “História do Brasil” começou já no período regencial, no âmbito das iniciativas

do IHGB, foi somente na década de 1880 que a Armada Imperial iniciou os esforços para escrita de sua própria história. Especialmente a partir de 1870, com o término da Guerra do Paraguai, iniciou-se então a construção de narrativas que imbricassem a história naval à própria nação.

A construção desta história oficial do Brasil abarcou toda uma memória coletiva, enquanto amálgama da identidade de grupos, etnias, instituições. Inserida neste processo, encontrava-se a Armada Imperial. Sua trajetória estava imersa na legitimação e consolidação do Estado Nacional. Portanto, havia uma história do Brasil e uma história naval inseridas em um mesmo processo de instituição e consolidação das identidades da própria Marinha e do País. Neste cenário, começou a ser escrita a trajetória da Marinha Imperial (GAMA, 2022, p. 36).

A produção historiográfica oitocentista procurou ressaltar a importância da Esquadra como elemento garantidor da unidade territorial e de consolidação da emancipação política.

Uma característica marcante da historiografia naval brasileira no final do século XIX, a partir de 1870, foi a predominância de oficiais de Marinha como disseminadores da História Naval do Brasil e a total ausência de estudos navais por pesquisadores provenientes do meio civil (ALMEIDA, 2012, p. 34).

Nesse contexto, apareceram os primeiros “historiadores navais”, como Manoel Pinto Bravo, Garcez Palha e, mais notadamente, Theotônio Meirelles, como escritores da História da Armada Imperial, já envolta nos louros da vitória na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Analisando a gênese da História Naval no Brasil, constatou Paloma Siqueira Fonseca (2003, p. 4):

Theotonio Meirelles da Silva (1829-1887), Manuel Pereira Pinto Bravo (1849-1885) e José Egídio Garcez Palha (1850-1898) podem ser considerados os historiadores precursores do gênero 'história naval' no Brasil. Os três oficiais publicaram após a Guerra do Paraguai, no último quartel do século XIX, acompanhando o movimento da História em busca de estatuto científico. Concomitante a Alfred Thayer Mahan (1840-1914) nos Estados Unidos e John Knox Laughton (1830- 1915) na Grã-Bretanha, eles produziram sobretudo uma história da Marinha de Guerra. A história naval, então, assumia um perfil de disciplina que estuda batalhas. Esse será o legado dos três autores para os estudos posteriores, marcados por uma tendência a abordar as campanhas navais, muito mais do que uma história da navegação, da pesca ou da Marinha Mercante.

Na década de 1880, Theotonio Meirelles da Silva publicou sua extensa e pioneira contribuição para o estudo da Marinha de Guerra. Tributário do historicismo rankeano, assim como Varnhagen, sua escrita residia na pesquisa primária, isto é, nos documentos, especialmente no Arquivo Nacional (1837), na Biblioteca da Marinha (1846) ou no Museu Naval (1868).

Tendo em vista a constatação de que a historiografia brasileira, em especial aquela cujos autores estão debruçados sobre o processo de construção e consolidação do Estado-Nação durante o período imperial, não costuma privilegiar a atuação da Armada Imperial e nem dar importância que lhe é devida tanto por ocasião das refregas decisivas que culminaram na expulsão da Marinha Portuguesa, quanto por sua missão de manter a integridade/unidade do território nacional (DUARTE, 2023, p. 323).

O Tenente Theotonio Meirelles foi incumbido com a tarefa de escrever os *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra do Brasil* em três volumes e uma História Naval Brasileira, para uso nas Escolas e Estabelecimentos do Ministério da Marinha, portanto de cunho eminentemente pedagógico.

Para Theotonio Meirelles, o processo histórico de formação da Marinha se beneficiou da transmigração da Família Real, mas sua origem não coincide com o desembarque dos Bragança na América porque

Em obediência ao rigor metodológico estabelecido na produção de suas obras, as campanhas navais da Tomada de Caiena e da Anexação da Província Cisplatina não podiam ser consideradas brasileiras por contar somente com oficiais e navios de guerra portugueses, e em cumprimento aos interesses também portugueses (GAMA, 2017, p. 153)

A obra de Meirelles pode ser enquadrada no contexto da construção de uma história com caráter científico, empreitada iniciada pelo IHGB, mas também na primeira construção de um passado glorioso para a Armada Imperial, que vinha se consolidando como Instituição de Estado.

No Brasil oitocentista a história serviria a uma causa maior contribuindo para corroborar, ao mesmo tempo, a consolidação da identidade nacional e a construção do Estado-Nação. Não por acaso o IHGB, em 1845, premiava o alemão Karl Philipp von Martius (1794-1868) por sua monografia intitulada 'Como se deve escrever a História do Brasil'. Vale lembrar a importância do século XIX na construção e consolidação do conceito de nação, configurando-se como aporte ideológico que levaria a cabo a construção dos Estados Nacionais não somente na Améri-

ca, processo marcado pelas lutas de independência, como também nas unificações italiana e alemã (DUARTE, 2023, p. 324).

Por outro lado, Garcez Palha, que foi Diretor da Biblioteca da Marinha, procurou compilar e sistematizar todos os principais eventos navais a partir das datas em que ocorreram em “Efemérides Navais: Resumo dos fatos mais importantes da História Naval Brasileira desde 1º de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890”.

Esse livro de efemérides foi escrito para facilitar a consulta dos alunos da Escola Naval e por seu próprio estilo discursivo, fugiu da narração contínua como os anteriores analisados. Pode-se perceber uma preocupação de Garcez Palha com datas e fatos por ordem cronológica diária e mensal na qual se incluía o feito naval em ordem anual a partir de 1822 até 1891. Trata-se assim de um livro de referência de História Naval para os interessados em manter um calendário de atividades navais (ALMEIDA, 2012, p. 38).

Percebe-se então um esforço de escrever uma História Naval para a Marinha de Guerra, em consonância com a busca da História pelo estatuto de ciência, dentro de uma narrativa diacrônica, conforme ressalta Fonseca (2003, p. 5):

Quanto ao conteúdo, os historiadores navais demonstram estar em busca da origem da Marinha, frequentemente adjetivada como brasileira. O século XIX torna-se, em suas narrativas, o reduto temporal onde foram forjados a Administração, a Armada e os Vultos da instituição. Esses três elementos estão presentes na escrita dos livros e são identificados, ainda que de viés, como os sustentáculos de uma identidade da corporação. Na Administração está a inserção da Marinha no Estado, tornada um corpo burocrático;

na Armada está a incumbência da guerra e seu material mais pujante, os navios; nos Vultos, sejam administradores ou combatentes, estão as figuras de proa que a enaltecem pelos seus atos. Esses três elementos articulam-se nos textos dos autores; a falta de um tornaria capenga a representação que fazem da Marinha. As batalhas navais são os elos da articulação, já que nelas estão presentes atos administrativos, vasos de guerra e homens valorosos. A história política aparece como o pano de fundo das narrativas, pois o surgimento da Marinha (Administração, Armada, Vultos) relaciona-se com a da nação, da pátria.

Articulando o contexto da escrita de uma história institucional imbricada à própria construção nacional, arrematou Gama (2017, p. 149):

No caso da obra de Theotonio Meirelles, a inserção e o reconhecimento da história naval brasileira pela história nacional projetada pelo IHGB, no enquadramento ideológico da própria força, o nacionalismo, num momento de instabilidade política do País, pressupunham o reconhecimento dessa história numa perspectiva de melhorias da própria profissão e do grupo social.

Por fim, deve-se compreender historiografia naval oitocentista a partir do diedro teórico predominante do período:

A escrita produzida, à época, pelos historiadores navais era factual, voltada para os heróis e pautada em aspectos militares navais, a “história-batalha”, o que pressupõe a história da história naval brasileira como nascida sob o paradigma de uma historiografia tradicional. E que trazia ainda o emprego de uma história política, o rigor pelas fontes primárias, a veracidade e busca pela imparcialidade na narrativa dos acontecimentos (GAMA, 2022, p. 36).

Já no século XX, surgiu nova geração de profícuos historiadores, nascidos no fim do oitocentos, como Lucas Alexandre e Henrique Boiteux, João do Prado Maia, Dídio Costa, Juvenal Greenhalgh, Gastão Penalva e Levy Scavarda. Todos esses mantiveram como fonte primária os autores oitocentistas, em especial, Theotônio Meirelles. Escrevendo num período marcado pelo retorno da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) da Grande Guerra e pelas comemorações do Centenário da Independência em 1922, ou seja, um ambiente de fervoroso patriotismo, esses oficiais procuravam construir uma narrativa oficial que buscasse as origens, em um passado glorioso, de uma Marinha genuinamente brasileira e situá-la como protagonista no processo de consolidação da Independência.

No século XX a historiografia naval brasileira teve maior vigor, no entanto ela ficou, como no século anterior, atrelada aos círculos navais, demonstrando uma endogenia que a fez ficar restrita às escolas de formação e altos-estudos da Marinha. Os próprios pesquisadores desse período foram exclusivamente oficiais de Marinha, como o foram no século XIX, que iniciavam na profissão regularmente e em algum momento da carreira guinavam para o estudo da história (ALMEIDA, 2012, p. 38).

Em 1936, um desses historiadores navais, o Almirante João do Prado Maia, publicou *Através da História Naval Brasileira*, onde defendeu a tese de que a Marinha efetivamente brasileira nasceu, de fato, com a Independência, uma vez que

não era brasileira a força naval que conquistou Caiena em 1808, como não era brasileira a esquadra que, em 1817, apoiou as atrocidades do Almirante Rodrigo Lobo contra os patriotas do Recife. E ainda em julho de 1822, quando D. Pedro en-

viou à Bahia a expedição Rodrigo de Lamare, a Marinha brasileira ainda não tinha existência (PRADO MAIA, 1936, p. 29).

O Almirante Prado Maia ressaltou que se deve separar as atuações do Poder Naval luso-brasileiro nas campanhas na Guiana Francesa, Pernambuco e Cisplatina, tendo em vista que não se pode considerar como brasileira a esquadra que atuou nesses cenários. A transferência das repartições da Armada Real lusitana não era suficiente para afiançar a certidão de nascimento da Armada brasileira: “Essa transferência, todavia, em relação ao caso particular de sua Marinha, não poderia significar a mutação desta em marinha do Brasil” (PRADO MAIA, 1975, p. 52).

A quase total ausência de brasileiros nas tripulações e entre os Aspirantes na Academia de Marinha são pontos levantados por Prado Maia, em conformidade com Theotônio Meirelles, para sustentar que a Armada permanecia portuguesa durante o interregno (1808-1822).

Por tudo isso, é nossa opinião que a Marinha brasileira nasceu com a Independência. A necessidade vital da consolidação de uma foi a determinante imperiosa de criação da outra. Assim, o Grito do Ipiranga representa a certidão de nascimento não só do Brasil, como entidade autônoma no concerto das nações, mas, também, da sua Marinha de Guerra, garantidora incontestável dessa autonomia (PRADO MAIA, 1975, p. 53).

Portanto, foi consolidada na historiografia naval a tese de uma “Marinha Imperial nascida com a independência, embora originária da Armada Portuguesa” (Gama, 2017, p. 150). Logo, se “a Nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, e assim negava a sua definição moderna e revolucionária, o território do Império devia ocupar o seu lugar,

sendo a sua integridade e indivisibilidade um 'dogma político'" (Mattos, 2004, p. 97). Nesse escopo, a Armada Imperial se constituiu como ferramenta da elite imperial para consolidação da Independência e da unidade territorial.

Ainda na primeira metade do século anterior, cabe ressaltar a fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil em 1937, por oficiais do Exército e da Marinha, dentre os quais figuras proeminentes como Henrique Boiteux, Lucas Alexandre Boiteux e Dídio Costa. O instituto "era um lugar de propagação do passado como elemento de preservação dos valores militares, a fomentar a manutenção de uma historiografia militar tradicional, incluindo trabalhos pertinentes à história naval brasileira" (Gama, 2022, p. 40).

A segunda metade do século XX viu maior grau de profissionalização dos historiadores brasileiros, o que no contexto naval resultou em imenso esforço efetuado pelo Serviço de Documentação da Marinha, por meio da coleção *História Naval Brasileira*, compilando textos de historiadores civis e militares, a fim de difundir uma história oficial da instituição em 5 volumes, desde a expansão marítima dos séculos XV-XVI até o pós-Guerra Fria, formando um amplo acervo bibliográfico publicado entre 1975 e 2002. É relevante também referir a expansão dos programas de pós-graduação por todo o país, o que promoveu uma proliferação e profissionalização da produção historiográfica brasileira.

Não se pode deixar de citar contribuições de historiadores, além de oficiais de Marinha, como Herick Marques Caminha, Max Justo Guedes, Antônio Luiz Porto e Albuquerque, João Carlos Gonçalves Caminha e Helio Leoncio Martins, todos oficiais da Marinha, em continuidade à tradição inaugurada no oitocen-

tos. Analisar cada uma de suas contribuições extrapolaria os propósitos e limites deste artigo.

A articulação entre história e memória se faz presente na historiografia naval a partir das escolhas realizadas para definir marcos cronológicos da formação da instituição. Assim, a historiografia naval reconhece nos eventos de 1822 a gênese da Marinha, em consonância com a tese de Prado Maia (1975), que realçou a ruptura entre a Marinha Real de Portugal e a nova Armada Imperial. Por outro lado, alguns órgãos da instituição, como o Arsenal de Marinha (1763), o Corpo de Intendentes da Marinha (1770), a Escola Naval (1782), e o Corpo de Fuzileiros Navais (1808) comemoram seus "aniversários" de criação a partir de datas anteriores ao ano de 1822.

Portanto, a construção da história naval, assim como da história institucional, oscila entre rupturas e continuidades, que se refletem nos marcos escolhidos como mais relevantes para a "memória naval".

Retomando o tema da Independência, a Armada privilegia a vertente historiográfica de seu protagonismo como fiadora da unidade nacional, em consonância com o projeto saquarema delineado por Mattos (2004).

De modo geral, todavia, poucos foram os historiadores que se debruçaram sobre as operações militares ocorridas no processo de Independência, a minoria utiliza a expressão Guerra de Independência para o conjunto de conflitos e enfrentamentos ocorridos em mar e na terra para expulsão dos portugueses, com as exceções de José Honório Rodrigues (2002), Hélio Franchini Neto (2019) e João Paulo Pimenta (2022).

Mesmo assim, faz-se mister ressaltar que os trabalhos sobre a participação da

Armada Imperial mantiveram-se sobretudo circunscritos à Marinha, o que evidentemente não deprecia tais trabalhos, mas realça a necessidade de mais historiadores examinarem o tema (MALERBA, 2006, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recente passagem da efeméride do bicentenário da Independência (1822-2022) fomentou ampla produção historiográfica sobre o tema, estimulando historiadores dos dois lados do Atlântico a fazerem suas contribuições, acrescentando novas páginas a uma ampla bibliografia.

Conforme consignado por Marc Bloch (2002), “a história é a ciência dos homens no tempo”, do que decorre a necessidade de compreender cada historiador dentro do contexto em que viveu e qual narrativa adotou para abordar os fatos históricos.

O oitocentos viu o IHGB investir em um projeto conservador, pautado na Independência pacífica, mera continuidade, depois identificada como emancipação, ressaltando a maturidade alcançada pelo Brasil frente a Portugal, dado que

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

O trabalho de von Martius foi precursor do conceito tantas vezes propalado da democracia racial, de forma a ressaltar a singularidade da formação histórica do Brasil, em contraste com a visão um tanto quanto pessimista de José Bonifácio em 1813: “[...] amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos,

índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político [...]” (apud MATTOS, 2004, p. 97).

Outras abordagens privilegiaram as relações econômicas dentro da ótica do Antigo Sistema Colonial, onde predominou o monopólio no chamado exclusivo metropolitano. Para os defensores dessa corrente historiográfica, tributária do materialismo histórico, o esforço pela Independência foi uma reação das elites fluminenses contra a “recolonização” pretendida pelas Cortes, mantendo a estrutura colonial escravista.

A emancipação política realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida, cujo único objetivo era romper o sistema colonial no que ele significava de restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites (COSTA, 1984, p. 125).

O presente artigo buscou explorar as diversas narrativas construídas em torno da temática da Independência, marco na memória nacional e de fundação do Estado brasileiro, que se articula com a nação na formação de uma identidade nacional.

Tal articulação não passou despercebida pela Armada Imperial, que rapidamente criou instituições para promover os pensamentos de seus oficiais, a *Revista Marítima Brasileira*, e locais de memória, como a Biblioteca da Marinha e o Museu Naval.

De forma a estabelecer uma historicidade distinta do Exército, especialmente após a Proclamação da República, as primeiras gerações de historiadores navais procuraram imbricar o nascimento do Brasil com o da própria Marinha como elemento garantidor da unidade territorial, uma vez que “os historiadores do botão d’âncora

exteriorizaram impressões, deixaram marcas, registros, indícios de sua paixão pela corporação: é à Marinha então que os historiadores navais interpelam e é também de onde falam" (FONSECA, 2003, p. 5).

Mesmo insistindo na ideia de um patriotismo, ou talvez um protonacionalismo, já em 1822, é necessário avaliar tais trabalhos na conjuntura em que foram escritos, em um momento de consolida-

ção dos Estados nacionais e no auge do Nacionalismo.

Entretanto, a partir da consulta e análise bibliográfica, constatou-se a impossibilidade de se falar em um patriotismo pré-existente ou mesmo algum senso de nação brasileira no contexto adstrito à Independência, como se fosse segura a continuidade territorial entre diversificadas possessões da América portuguesa e o próprio Império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Fernanda Deminicis; LOUREIRO, Marcello José Gomes. "E a lua era tão triste": Edoardo De Martino e a representação da civilização na pintura de paisagem e de guerra. *ANAIIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL*, v. 50, p. 141-166, 2018.

ALBUQUERQUE, Fernanda Deminicis; LOUREIRO, Marcello José Gomes. Imagens, guerra e civilização: a nau Pedro I, de Edoardo De Martino. In: Marcello Felipe Duarte; Marcello José Gomes Loureiro; e Marcelo Gulão. (Org.). *A Armada Imperial e a Independência do Brasil: outros olhares, novas perspectivas*. 1ªed. Rio De Janeiro: Jaguatirica, 2023, v. Único, p. 461-466.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A Historiografia Naval Brasileira (1880-2012): Uma Visão Panorâmica. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, ano III, ed. 08, p. 27-56, agosto 2012. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-III-08.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARIELLO, Rafael; PEREIRA, Thales Zamberlan. The Independence of Brazil and Its Historiography. *e-Journal of Portuguese History*, 2024, p. 380-390.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1984. p. 64-125.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DUARTE, Marcello Felipe. A primazia de Theotonio Meirelles na historiografia da Armada Imperial do Brasil. In: DUARTE, Marcello Felipe; LOUREIRO, Marcello José Gomes;

GULÃO, Marcelo (orgs.). *A Armada Imperial e a Independência do Brasil: outros olhares, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2023. p. 323-372.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FONSECA, Paloma Siqueira. "Arquivos da Marinha e historiadores". XXII Simpósio Nacional de História (ANPUH). João Pessoa, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_1f143cac90603259d872ec80eca0264d.pdf. Acesso em 24/03/2024

GAMA, Edina Laura Nogueira da. *A historiografia naval brasileira no século XIX e o pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1876-1884)*. Rio de Janeiro: PPGEM-EGN, 2017 (Dissertação em Estudos Marítimos).

GAMA, Edina Laura Nogueira da. Historiadores Navais Brasileiros. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org) et al. *Dicionário de História Militar do Brasil (1822-2022): volume II*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. p. 35-52.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988. p. 5-27.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial – sua desagregação". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 1º Volume t. II – O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: Capítulos de Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LIMA, Manoel de Oliveira. *O movimento da independência (1821-1822)*. Edição fac-similar. Brasília: FUNAG, 2019

LIMA, Manoel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sete letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. "Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (1980-2002), in MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

NETO, Hélio Franchini. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp: Publicações BBM, 2022.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

PIMENTA, João Paulo. As Guerras de Independência do Brasil: notas sobre sua história e historiografia. *Almanack* [online]. 2022, n. 31, ef00622. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463331ef00622> <https://doi.org/10.1590/2236-463331ef00622en>>.

PIMENTA, J. P. Oliveira Lima e as longas durações da historiografia da Independência. *Antíteses*, [S. l.], v. 15, n. Especial, p. 211–232, 2022. DOI: 10.5433/1984-3356.2022v15nEspecialp211-232. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/45142>. Acesso em: 12 mar. 2023.

PRADO MAIA, João do. *Através da História Naval Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PRADO MAIA, João do. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1975.

REIS, João Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contrarrevolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

NOTAS

¹ O balanço historiográfico propõe um diálogo entre distintos autores, de diversas inclinações teóricas e metodológicas, afetos de alguma forma ao tema proposto. Assim, as obras aqui selecionadas constituem fontes primárias, independentemente da distância cronológica de sua publicação. Nesse âmbito, tanto Theotonio Meirelles, autor oitocentista, quanto Cariello e Pereira são encarados como fontes primárias para construção deste balanço.

² Nascido em Nápoles, atuou como oficial de Marinha entre 1849 e 1855, posteriormente adotando a carreira de pintor, especialmente no Império do Brasil, onde se notabilizou pelas paisagens e pinturas de batalhas da Guerra do Paraguai.

³ Termo utilizado aqui para caracterizar a produção historiográfica que se debruçou sobre a História Naval brasileira, cuja autoria é principalmente constituída por oficiais de Marinha.